



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Mulher
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres



**ATA DA 2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DESIGNADO PARA A
ELABORAÇÃO DO I PLANO DISTRITAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de 2013, às quatorze horas e trinta minutos, na sala T1 do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta cidade, foi iniciada a segunda reunião do Grupo de Trabalho designado pelo Decreto nº. 34.925, de 4 de dezembro de 2013, para a elaboração da proposta do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (I PDPM). A reunião foi aberta pela suplente da Secretaria de Estado da Mulher, Sandra Di Croce Patricio, com a presença das seguintes integrantes titulares e suplentes do GT, indicadas conforme a Portaria nº. 09, de 03 de fevereiro de 2014: Ana Liési Thurler, titular do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (CDM-DF); Elisângela Karlinski, titular do CDM-DF; Dhara Cristiane de Souza Rodrigues, titular da Secretaria de Estado de Educação (SEDF); Adriana Pinheiro de Carvalho, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Transferência de Renda (SEDEST); Gildete Felisberto da Silva, suplente da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUS); Thais Romanelli Leite, titular da Secretaria de Estado da Criança (Secriança); Ana Paula Severino, suplente da Secretaria de Estado da Criança (Secriança), conforme alteração solicitada via ofício em 11 de fevereiro; Elisabete Maria Rocha de Moraes, titular da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Justificou a ausência por correio eletrônico Rita de Cássia Rabello, suplente da SeCult-DF. A integrante Luciana Soares Pereira, suplente do CDM-DF, justificou sua ausência em contato pessoal com a secretária-adjunta da Secretaria de Estado da Mulher, Valesca Leão. Da parte da SEM-DF, também compareceram à reunião Valesca Leão, secretária adjunta; Mateus Dounis Vinchon Guimarães, Assessor Especial; Carolina Ferreira Sales, Assessora de Comunicação; Juliana Estrela Gomes, Chefe; Neuza Castanha, coordenadora; e Silvânia Gonçalves, Gerente. Da parte da Secretaria de Trabalho, compareceu a servidora Patrícia Andrade da Silva. Na abertura da reunião, a suplente Sandra Di Croce Patricio justificou a ausência da titular Olgamir Amancia Ferreira, em virtude de compromissos previamente agendados; apresentou a ata da primeira reunião que, por motivo de atraso e baixo quórum, não foi lida e aprovada pelas integrantes; o grupo definiu que tanto a primeira ata quanto esta (segunda) serão lidas e aprovadas na terceira reunião. Na sequência, a suplente citou as contribuições das integrantes recebidas, via correio eletrônico, até a data definida pelo cronograma (12 de fevereiro de 2014). Sandra apresentou a proposta de não dividir as integrantes em subgrupos, conforme indicações realizadas na primeira reunião, por ocasião do baixo quórum; todas as integrantes concordaram em formar uma ampla roda de conversa e, assim, discutir sobre as considerações apontadas pelas integrantes via e-mail. Dessa forma, às 15h, Adriana Pinheiro iniciou a apresentação, mediante justificativa, das proposições enviadas ao e-mail do I PDPM. Adriana comentou sobre as contribuições enviadas via endereço eletrônico, justificando a necessidade de cada proposição colocada na apresentação do Capítulo I. Ficou definido que a sugestão enviada como objetivo específico (erradicação da pobreza e extrema pobreza, pelo critério de renda) passará a ser uma





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Mulher
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres



meta – vide documento anexo -, tendo em vista que faz parte de uma meta de governo. As demais proposições apresentadas foram bem recebidas pelo grupo, das quais podem sofrer alterações em seus tipos (metas, objetivos ou ações) como forma de contemplar o I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres. Ao discorrer sobre o Capítulo II, Adriana sugeriu maior abrangência do capítulo, tendo em vista que está bem destinado ao campo da Educação no Distrito Federal. Sugeriu ampliar para mais áreas relacionadas à SEDEST, considerando que o órgão apresenta muitas demandas de capacitação, orientação e formação de servidoras e servidores; para que as metas e ações sejam contempladas e viabilizadas, foi constatada a necessidade de articulações da SEDEST com outros órgãos de governo, como é o caso das Secretarias da Mulher e de Educação. Ao comentar sobre o capítulo III, o grupo chegou ao entendimento que, para abraçar a última meta sugerida pela SEDEST, logo após a “Meta I” – vide documento anexo – será necessária a inclusão de uma ação específica, a saber: desenvolvimento de um protocolo específico para atendimento às mulheres em situação de rua; além das unidades móveis de atendimento à mulher, é necessário verificar a possibilidade de ampliação do Consultório de Rua, ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde em parceria com a SEDEST; além da Implantação de Residência Terapêutica para mulheres em situação de rua, foi sugerido para discussão a criação de um espaço destinado às mulheres em situação de violência doméstica, como é o caso da Casa Abrigo. Adriana complementou as informações faltantes no Capítulo IV, destacando que os CREAs realizaram 700 acompanhamentos de mulheres em situação de violência; já a Casa Flor recebeu 440 mulheres no ano de 2013; foi explicado pelo servidor Mateus Dounis que a inclusão da palavra galpão, no item 4.21, é oriunda do Plano Plurianual; constatou que a elaboração do Plano de Reordenamento Técnico da Penitenciária do Gama necessita de interlocução com a SEJUS; Adriana apresentou que a SEDEST deve criar mais 6 (seis) CREAs no próximo PPA; a princípio, terão apenas as duas unidades apresentadas nas sugestões; ao citar a ampliação de 15 vagas na Casa Flor, a servidora lembrou que a meta eram 25, sendo 10 já cumpridas. Da sugestão apresentada pela SEDEST no Capítulo V, as integrantes foram de acordo. Na sugestão apresentada no Capítulo VI como uma das metas para o Plano, será necessária uma articulação com a Secretaria de Estado da Micro e Pequena e Economia Solidária do Governo do Distrito Federal para o seu pleno desenvolvimento. No Capítulo VII, a representante da SEDEST lembrou que o Gama apresenta bons resultados com o projeto SUAS EM MOVIMENTO e que, por isso, seria interessante uma parceria com a Secretaria da Mulher a fim de levar o Ônibus da Mulher em alguma das atividades do projeto. Neste momento, Valesca Leão aproveitou a oportunidade para esclarecer o objetivo das unidades móveis, como funciona sua logística, qual o papel da Secretaria da Mulher na gestão do Ônibus e citou a criação do Fórum Distrital Permanente de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Campo e Cerrado, responsável pelo itinerário dos ônibus e que será consultado para verificar a viabilidade da parceria com o projeto SUAS EM MOVIMENTO. Em relação ao Capítulo X, no item 10.7, o grupo chegou ao entendimento de que será necessário verificar o reposicionamento da sugestão que trata sobre a documentação civil e jurídica para mulheres, nos espaços urbanos e rurais, além de verificar uma articulação com a Secretaria de Segurança Pública. Após as apresentações da Adriana Pinheiro de Carvalho, o grupo decidiu iniciar as apresentações da servidora Patrícia Andrade da Silva, da

Secretaria de Estado da Mulher

Subsecretaria de Políticas para as Mulheres

Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar, Ala Leste, Sala 804

Telefone: (61) 3425.4707 | CEP 70.075-900 | Brasília-DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Mulher
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres



Secretaria de Trabalho, em razão do adiantado da hora e pelo fato de que a Elisângela Karlinski havia apresentado mais contribuições. Às 15h40, Patrícia deu início aos trabalhos. Ao sugerir a alteração da meta A, do Capítulo I, sobre a produção de indicadores relacionados à inserção de mulheres no mercado de trabalho e outras, Ana Liési Thurler colocou a importância de criar indicadores relacionados à manutenção das mulheres no mercado de trabalho, pois, atualmente, é um dado importante, mas difícil de ser conseguido; Patrícia lembrou que há uma grande dificuldade em conseguir indicadores junto ao Ministério do Trabalho. Na primeira sugestão de ações, o grupo constatou que será importante intensificar a interlocução entre todo o GDF para gerar indicadores mais amplos; indicadores de inserção e permanência, para verificar a aceitação do público; estimular indicador também de inserção e permanência no mercado, para verificar a validade dos programas; o item sugerido pela Patrícia será dividido em duas ações distintas: o grupo decidiu pela formulação de uma nova redação para esclarecer o item. Sandra solicitou que as integrantes se atentem para verificar se texto está adequado. Sandra sugeriu algo como “criação de instrumentos para estimular a geração de indicadores...”; Elisângela/Pola sugeriu “a gente tem que pactuar”; Sandra lembrou que “articular é mais que estimular”. Patrícia retomou seus apontamentos comentando que o Projovem será uma única edição; o + Autonomia foi absorvido no Qualificopa Plural; Planteq e Planseq foram encerrados. Discussão sobre o Prospera mulher – Patrícia explicou que a Setrab não faz distinção em seus programas. Sandra propôs incluir como ação a “Ampliação das condições de acesso das mulheres ao programa de concessão de créditos – Prospera – com a formalização do Prospera Mulher”. Ana Liési atentou às participantes sobre o sexismo: disse que não tem dados, mas que 80 ou 90% do público do Prospera são mulheres; entretanto, enquanto as mulheres são as que mais acessam os microcréditos, os homens são os que mais têm acesso ao grandes créditos. Mateus apresentou a sugestão de interlocução na área de qualificação de artesãs. Sandra sugeriu a inserção de um módulo de questões de gênero desde os projetos básicos às ações de qualificação para o mercado de trabalho; a sugestão constará da próxima minuta; no que se refere à sugestão de exclusividade de vagas no mercado de trabalho, Sandra sugeriu alterar para “especialmente em áreas tradicionalmente ocupadas por homens”. Após uma pausa para o café, o grupo retomou as discussões tratando das sugestões apresentadas pela Elisângela Karlinski. Pola começou esclarecendo que boa parte de suas contribuições constam do documento final da III Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres; apresentou que é importante a criação e implementação de um protocolo de atendimento sobre atenção humanizada ao abortamento; elencou que, atualmente, a realidade do DF não traz uma análise do perfil das mulheres que recorrem ao abortamento legal, por isso, a importância de sistematizar indicadores; é necessária uma campanha para divulgar o serviço de abortamento legal no DF, bem como a possível ampliação do programa, tendo em vista que muitas mulheres recorrem a outros meios por desconhecê-lo; segundo Elisângela, após reuniões com representantes do grupo de doulas do DF, elas desejam ter acesso garantido na Rede Pública de Saúde do DF; atualmente, os hospitais negam o acesso das doulas durante o parto, desde que não impeçam a entrada do acompanhante. Formou-se uma discussão no grupo, pois ainda não havia um entendimento sobre o posicionamento da Secretaria de Saúde frente ao problema, tendo em vista a não participação do integrante do GT. Dhara Cristiane de Souza Rodrigues trouxe para a discussão





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Mulher
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres



a inclusão do tratamento dispensado às transexuais, pois deseja que algum item do Plano Distrital contemple a temática. Sandra comentou que o item está em tratativa no item 3.9 para atendimento humanizado às negras, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Dara apontou a inclusão do transexual feminino. Valesca ponderou e disse que as sugestões envolvendo a Saúde devem aguardar o momento em que haja representante da Secretaria Saúde presente. Ao tratar do Capítulo IV, Pola lembrou que a participação da sociedade é fundamental, pois “se a sociedade não se envolver, o processo não avança”; também questionou o uso da palavra “aplicabilidade”; Sandra explicou que a palavra consta do PIB do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres; sugeriu a alteração do item V, dos objetivos específicos, por considerar que nem sempre o tráfico de mulheres tem fins sexuais; Pola considerou necessário verificar onde se aplica melhor a sugestão da meta “H”, pois acredita que ela também possa se encaixar no eixo de Saúde. No Capítulo IX, Sandra pediu que a servidora Silvânia Gonçalves explicasse os encaminhamentos obtidos junto a SEPIR, logo após a primeira reunião do GT; Silvânia lembrou que, em reunião com o secretário Veridiano Custódio, foi constatado que a SPIR criou coordenações em quatro cidades para verificar a vulnerabilidade das regiões; o foco era verificar a necessidade de criar delegacias de combate ao racismo, transfobia, lesbofobia etc; Sandra intercedeu expondo que a Conferência da Igualdade Racial trouxe a necessidade de uma delegacia em todo o DF; a Conferência das Mulheres trouxe a necessidade de uma delegacia por RA; esta uma delegacia será implementada quando houver concurso para efetivo da Polícia Civil, sendo a construção prevista para 2014/2015; Sandra apontou que o secretário da SEPIR disse que se constar no PDPM a criação de uma delegacia para apuração dos crimes raciais, fortaleceria a proposta de construção. Valesca colocou em pauta que, durante uma reunião com o diretor da Polícia Civil, foi explicado que a coordenadoria foi criada para combater os crimes de racismo e contra o idoso. A Coordenadoria surgiu a partir de um entendimento da polícia, por conta da falta de servidores e estrutura; considerou fundamental a realização de mais campanhas para divulgar que o racismo é crime; comentou a luta para construção da DEAM em Ceilândia; disse que ainda falta avançar muito para a questão de combate ao racismo progredir; e que é preciso incentivo, empoderamento e consciência para avançar nas denúncias; propôs seções de atendimento nas circunscrições, a exemplo do que acontece com as SAMs. Elisabete Maria Rocha de Moraes explicou como funciona o organograma da Polícia Civil, a fim de esclarecer como funciona a Coordenadoria criada para atender aos crimes contra o racismo e idoso; acredita que a DEAM abraça o público LGBT, pois a partir do momento em que se identifica como mulher, é atendida; lembrou que o Estado não pode abrir mais uma DEAM em virtude da falta de servidores; afirmou que o número de crimes raciais registrado é inexpressivo para a criação de uma delegacia específica, ainda mais considerando que não há efetivo suficiente para criação de novas delegacias. Sandra lembrou que o Comitê de Saúde da População Negra foi criado. Após as discussões, foi sugerido que novas sugestões sejam repassadas, a fim de fortalecer o debate. Após as apresentações, o GT decidiu pelo fim dos debates do dia; Sandra colocou que gostaria de fazer alguns encaminhamentos, a saber: nove reuniões seriam marcadas com representantes da Saúde da Pessoa Idosa, Grupo de Mulheres Artistas e Produtoras Culturais, Emater, SEMPS, Sudeco, Ademi, ANA, Coordenadoria de Juventude da

Secretaria de Estado da Mulher

Subsecretaria de Políticas para as Mulheres

Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar, Ala Leste, Sala 804

Telefone: (61) 3425.4707 | CEP 70.075-900 | Brasília-DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Mulher
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres



Sec. De Governo do GDF; e Fórum Distrital de Enfrentamento à Violência das Mulheres do Campo e do Cerrado. Sandra deixou aberta a participação dos grupos nas reuniões, ficando a cargo das representantes a necessidade de comparecer ou não; Patrícia comentou que há interesse da Setrab em participar do encontro com a Ademi. Sandra também lembrou que é importante a coleta dos nomes de todas e todos aquelas (es) que participarem da construção do I PDPM e abriu para mais uma rodada de conversa. Thais Romanelli lembrou do projeto que está sendo formulado no órgão para estreitar os laços familiares, como a construção de espaços adequados para visita dos filhos às mães na Penitenciária Feminina do DF; a proposta é garantir que a criança tenha o convívio com a mãe, por meio de uma parceria com uma ONG; serão oferecidos benefícios do governo às mães, realidade ainda pouco existente; irá avaliar se cabe a inclusão do projeto no I PDPM – pode ser que entre com uma meta; também vai verificar se o projeto mundial contra exploração infantil pode ser incluso no I PDPM. Ana Paula Severino atentou para a necessidade de avaliar as demandas apresentadas pelas internas do Presídio Feminino; também comentou sobre a discussão acerca de mais uma unidade de acolhimento às adolescentes infratoras – tema para a próxima reunião. Mateus comentou que cada órgão pode realizar encontros prévios para iniciar o processo de mobilização, articulação, considerando que o prazo para consulta pública pode ser escasso; lembrou também o prazo final para o envio de contribuições da segunda minuta, datado em 18 de fevereiro. A seguir, às 17h40, a coordenação declarou encerrada a reunião e convocou os presentes para a próxima reunião, no dia 20 de fevereiro de 2014, bem como fez menção que todos os documentos relativos ao I PDPM estão disponíveis no sítio da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Eu, Carolina Ferreira Sales, lavrei a presente Ata, que assino com a Sra. Coordenadora e demais participantes.

Brasília, dia 13 de fevereiro de 2014.

Sandra Di Croce Patricio, suplente da Secretaria de Estado da Mulher

Carolina Ferreira Sales, assessora de Comunicação da Secretaria de Estado da Mulher

